

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANO DE OLIVEIRA DIAS

A EJA NA CIDADE DE CANOAS: CONTRADIÇÕES
ENTRE TEORIA E PRÁTICA

PORTO ALEGRE
2011

CRISTIANO DE OLIVEIRA DIAS

A EJA NA CIDADE DE CANOAS: CONTRADIÇÕES
ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Trabalho de conclusão apresentado para o programa de especialização em educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção de grau de especialista em educação de jovens e adultos e educação de privados de liberdade.

Orientadora: Professora Laura Souza Fonseca

PORTO ALEGRE
2011

SUMÁRIO

RESUMO	04
INTRODUÇÃO	05
1. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA EMANCIPADORA	09
2. UMA EDUCAÇÃO PARA ROMPER COM O SISTEMA CAPITAL	16
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE CANOAS: UM ESTUDO ACERCA DAS CONTRADIÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar Projetos Político Pedagógicos (PPP) de algumas escolas que oferecem EJA como modalidade de ensino na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul. O PPP é uma construção humana e, por isso, possui historicidade, articulando saberes e propondo caminhos para uma educação com maior qualidade. Como não há Educação neutra, o PPP carrega em si propostas de compreensão da realidade e deve conter elementos que apontem, numa perspectiva progressista de educação, para uma possível e necessária superação do sistema-capital. O capitalismo é o sistema sócio-econômico hegemônico desde a Era das Revoluções, na virada do século XVIII para o XIX, baseado na propriedade privada dos meios de produção, e a burguesia, a classe social que melhor se coloca em tal contexto, pois além do controle econômico, possui também grande força política. Nesse sentido, podemos observar a EJA como uma possibilidade de tomada de consciência por parte da classe trabalhadora no intuito de obter sua emancipação a partir de uma proposta educativa com criticidade e que aponte na superação do capitalismo e na construção de uma sociedade igualitária.

INTRODUÇÃO

Educar é um ato político e essencial para a humanidade em toda a sua trajetória. Através dos tempos, observa-se que a educação sempre teve um papel importante para as mais variadas sociedades no sentido de transmissão do conhecimento acumulado de geração em geração, com a meta de melhor se organizar o sistema social. Contudo, a História nos mostra que, de um modo geral, os processos educacionais estiveram servindo a determinados pressupostos de classe e seguindo normas propostas pelas classes sociais detentoras do poder político-econômico, segundo seus interesses materiais e sua visão de mundo.

A partir da era das revoluções, com o advento do Iluminismo, o ato de educar veio sendo transformado em uma possibilidade de construção de uma consciência crítica acerca das características que dão forma a realidade material em um determinado contexto histórico-cultural, percebendo-se um caráter emancipatório nas práticas pedagógicas. Havia uma necessidade de que a educação deixasse de ser um elemento de distinção social e passasse a ser vista como uma possibilidade de justiça e liberdade a serem construídas pelos indivíduos, de forma coletiva, seguindo interesses comuns e não mais o interesse das elites.

A luta por direitos, principalmente por cidadania, vem sendo uma bandeira dos grupos excluídos/explorados da sociedade, com maior intensidade, desde o final do século XVIII. O século seguinte assistiu à consolidação da dicotomia capital-trabalho, instaurada pela Revolução Industrial, que acabou gerando a luta operária por direitos trabalhistas. O século passado, por sua vez, pode ser considerado um importante momento histórico na tentativa de consolidação dos chamados Direitos Humanos, principalmente após o término da Segunda Grande Guerra e com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

No Brasil, a Constituição de 1988 preconiza o direito a educação básica a todos como forma de se obter cidadania. Tal Carta Magna, se comparada com a anterior que havia sido elaborada num contexto histórico de ditadura civil-militar (1967), apresenta avanços progressistas, como exemplo, o direito de voto aos analfabetos, uma legislação específica para a questão indígena, certo avanço no que diz respeito à distribuição de renda através de Reforma Agrária, etc.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, objetivando atender à atual Carta Magna brasileira, assinala como obrigação do Estado oferecer condições para que jovens e

adultos possam ter a possibilidade de acesso à escola e de concluírem sua formação básica, (mesmo fora do período considerado regular), atendidos a partir da chamada Educação de Jovens e Adultos (EJA). Cabe ressaltar que a LDB/1996 foi discutida e elaborada em um contexto histórico marcado pela hegemonia neoliberal e pelo Consenso de Washington. Nesse sentido, podemos observar que foram estabelecidas reformas educacionais a partir de prerrogativas condizentes com a ideologia dominante capitalista, antes de tudo, preocupada com a formação de mão-de-obra, com competências e habilidades inerentes aos objetivos de expansão sistemática do modelo capitalista de produção. Como podemos perceber, as pessoas que se matriculam na EJA, em sua grande maioria, são indivíduos que, por diversos motivos, acabaram excluídos (tendo evadido ou sido expulsos) do processo de escolarização. Conforme assinala Cury (2000):

a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (Cury, 2000, p.5)

Assim sendo, os indivíduos buscam recuperar o tempo que julgam ter perdido e, retomando os estudos, prepararem-se de forma mais adequada, para o mundo do trabalho, objetivando, de forma geral, melhores condições de vida. Nesse sentido, seria interessante que a EJA pudesse oferecer educação com qualidade aos trabalhadores estudantes, principalmente gerando conscientização acerca da realidade. Esta marcada por profundas desigualdades sociais e regionais, caracterizada na exploração do trabalho pelo capital, alicerçada na dominação ideológica e na alienação e, por que não, na coerção do trabalhador. Elementos inerentes à realidade do indivíduo e que, por isso mesmo, deveria ser de conhecimento de mais pessoas, o que acaba não ocorrendo, ou se dá apenas de forma superficial, devido aos interesses das elites. Karl Marx, pensador alemão, ideólogo do Socialismo Científico, já no século XIX, apontava a necessidade da tomada de Consciência de Classe por parte dos trabalhadores na luta por direitos e pela superação do sistema capitalista. No entanto, o que se pode observar, é que existe uma grande distância entre o que a teoria propõe e o que ocorre na prática. Considerando a realidade da educação básica em nosso país, observa-se que ainda há um bom percurso a ser vencido pelos agentes educacionais e pelos gestores do Estado até que se possam estruturar melhores condições para um desenvolvimento adequado dos processos pedagógicos. O que se pode perceber, na realidade educacional brasileira, é que existem inúmeros problemas que dificultam o desenvolvimento de uma

educação de qualidade, humanizadora e progressista. Dentre eles podemos citar o rebaixamento, nas últimas décadas, dos salários dos profissionais em educação, a falta de recursos estruturais nas escolas, a pouca (ou nenhuma) preocupação dos gestores em desenvolver programas de qualificação dos agentes educacionais, etc. Elementos esses, dentre outros, que acabam por gerar obstáculos para a compreensão do funcionamento das estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais a que estão expostos os trabalhadores/estudantes, dificultando a participação efetiva e autônoma desses na elaboração de suas trajetórias de vida.

Ao analisar os Projetos políticos Pedagógicos (PPP) de algumas escolas que oferecem a modalidade EJA na cidade de Canoas (RS), salta aos olhos objetivos como formação de indivíduos críticos, livres-pensadores, que possam de forma autônoma participar da construção de uma sociedade democrática, livre e igualitária. Parece-nos, segundo uma visão progressista em educação e de sociedade, incoerente esse tipo de discurso, levando em conta o que realmente acontece no contexto escolar e, num sentido mais amplo, na própria sociedade a qual estão inseridos os agentes do processo ensino/aprendizagem. Os conceitos e as propostas dos PPP e, no final das contas da Educação como instituição, – principalmente num contexto determinado pelo sistema capitalista – parecem, no mais dos casos, palavras jogadas ao vento.

Seria, no nosso entender, necessária uma REVOLUÇÃO na EDUCAÇÃO. Obviamente grupos sociais iriam se posicionar contra uma mudança estrutural de grandes proporções na Educação. Tais grupos, com receio de perderem seus privilégios históricos, conseguidos com a expropriação das classes trabalhadoras, fariam – na verdade, já fazem –, muita força para impedir o movimento de transformação radical das estruturas de educação básica em nosso país. Outros setores da sociedade civil teriam que, obrigatoriamente, também, sofrer alterações em suas estruturas de funcionamento. Além da Educação, os aparelhos midiáticos, instituições como a família, os grupos religiosos, os partidos políticos, e tantos outros setores, deveriam criar mecanismos que viabilizassem a superação do sistema-capital. A superação do capitalismo não engendraria necessariamente o fim de tais instituições, mas uma transformação em seus sentidos/ significados/ atuação. Desta forma, acreditamos que seja importante o movimento de pesquisa acerca das estruturas educacionais e sociais alienantes e de elaboração de alternativas para a sua superação. O filósofo húngaro, István Mészáros (2004), em sua obra Educação para além do Capital observa que:

hoje o significado da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar do colete de forças da lógica incorrigível do sistema: através do planejamento e da prossecução consistente da estratégia de quebrar a regra do capital com todos os meios disponíveis, assim como com todos aqueles que ainda tem de ser inventados neste espírito. (Mészáros, 2004)

A escolha de análise dos PPP, de seus conceitos e de suas propostas, se deve ao fato de que a experiência de sala de aula tem me mostrado que os alunos/ trabalhadores tem tido acesso a um determinado tipo de educação, mas essa tem sido deficitária no que diz respeito à tomada de consciência acerca de sua condição social, graças a propostas que acabam, por inúmeros motivos, parecendo vazias de intensidade de mudança. Os alunos trabalhadores, no mais das vezes, vêm sendo preparados para serem peças de uma engrenagem ávida por lucratividade, que os percebe como mão-de-obra disciplinada, alienada e cooptada, sem delegar aos discentes uma possibilidade de educação que os leve a ser protagonistas em sua trajetória de vida.

A pesquisa surgiu como uma necessidade de compreender melhor a relação entre teoria e prática no que se refere à Educação de Jovens e Adultos na cidade de Canoas. Geralmente, os planos propõem que se deva oportunizar ao corpo discente ferramentas para que cada aluno tenha a possibilidade de desenvolver criticidade e que isso possa ajudá-lo a melhor compreender a realidade, evitando a passividade e o conformismo. Os planos, ainda, procuram estruturar o pensamento no sentido da construção de uma sociedade justa, democrática e com consciência ecológica. A idéia é tentar observar até que ponto e de que maneira tais propostas estão sendo colocadas em prática e qual o alcance entre os alunos. Identificar, se existem contradições entre as propostas político pedagógicas da EJA na cidade de Canoas e o cotidiano na e fora da escola.

1. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA EMANCIPADORA

A Educação emancipadora pode ser uma importante ferramenta na construção de uma sociedade em que seus constituintes mostrem aversão à manutenção das desigualdades sociais e regionais históricas as quais estão submetidos. Tal perspectiva educacional deve contribuir para que o sistema capitalista seja motivo de estudo, crítica e compreensão por parte daqueles que são explorados pelo sistema. Um melhor entendimento acerca da realidade sócio-econômica a que estão inseridos, alunos, professores e funcionários de escola, seria uma importante arma na luta por direitos e, a partir daí, talvez, a elaboração de uma sociedade plenamente livre e igualitária.

Contudo, é importante reconhecer que numa sociedade fundada na opressão e na exploração, uma perspectiva educacional emancipadora encontraria amplas dificuldades de se tornar realidade. Diversos seriam os fatores desarticuladores para que uma escola crítica do capitalismo pudesse vir a funcionar com êxito, pois,

o papel que as instituições educacionais assumem hoje corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes do advento do capitalismo. Assim, quanto mais cristalizadas as relações de trabalho, mais complexo torna-se a transformação das instituições educacionais em espaços de resistência, que produzem uma ideologia contra hegemônica, não individualista, desnaturalizadora e transformadora (GUZZO e EUZÉBIOS FILHO, 2005).

O sistema-capital exerce amplo poder na constituição dos espaços e propostas educacionais, elaborando, segundo seus interesses político-econômicos e ideológicos, uma estrutura de funcionamento das instituições e, num sentido mais amplo, da própria sociedade civil, em que a luta por autonomia, por direitos, passam a ser menosprezados, despolitizando-se as relações entre os indivíduos, edificando como naturais as desigualdades, a competição (e a vitória do mais apto), responsabilizando, em última instância, os excluídos por sua condição e pelos problemas que a sociedade apresenta. Uma perspectiva emancipadora em educação deve estar a serviço dos alunos trabalhadores ou desempregados, no intuito de fornecer-lhes condições de serem agentes da história e não meros espectadores. Contudo, principalmente após o advento do neoliberalismo, a educação emancipadora sofreu um ataque feroz as suas prerrogativas essenciais. O estado-mínimo, o processo de privatização da economia e de transferência de recursos públicos para a esfera privada, características marcantes do projeto

neoliberal, desestruturaram as iniciativas progressistas de transformação das sociedades, por um lado. Por outro, fizeram surgir, mesmo depois de certo congelamento das forças de esquerda, novas frentes de luta contra a mercantilização da educação e seus reflexos extremamente danosos às populações mais exploradas e excluídas da sociedade.

Nesse sentido, o trabalho coletivo de elaboração de propostas para a superação do sistema-capital, alicerçado na participação efetiva de todos os agentes envolvidos com a escola/educação (comunidade escolar), deve ser incentivado e priorizado de forma a estabelecer relações democráticas e dialogais.

Para uma melhor organização das tarefas escolares como um todo, existe o PPP, que é o Plano Político Pedagógico da escola. Este plano é um trabalho coletivo, segundo ressalta Anakeila Stauffer (2007) e se constitui

ou teria por meta realizar-se nesta direção – num documento de elaboração coletiva, onde a comunidade escolar tem a oportunidade de trazer sua palavra, expondo tanto sua dimensão política como epistemológica. (Stauffer, 2007, p.17)

A transformação estrutural da sociedade passa por um projeto de educação que possibilite ao aluno compreender a realidade a qual está inserido. Tal realidade deve estar expressa, explicada no PPP. Se for uma realidade perversa, acredita-se que o PPP, baseado e construído a partir de uma perspectiva progressista (por que não dizer revolucionária) de educação, a serviço da plena liberdade e igualdade, devesse apresentá-la e propor alternativas conceituais e práticas para a sua transformação, munindo o educando de referências básicas para que este possa ter, repito, um papel de articulador no processo de mudança e não apenas de observador. Cabe ressaltar que o PPP é um projeto de futuro, ou seja, algo que pretendemos criar, que talvez ainda não exista. Seria uma tentativa de se criar um *inédito-viável*, como ressalta Freitas (2001):

O inédito-viável, compreendido como a materialização historicamente possível do sonho almejado, é expressão do compromisso com uma concepção libertadora da educação, em que não apenas se denunciam práticas excludentes, mas, fundamentalmente, se assume a luta pela construção de alternativas possíveis. A criação do inédito-viável é, pois, um exercício de ousadia, de assunção do risco do novo e do prazer da autoria do que ainda não existe (...) (Freitas, 2001; p.227).

O PPP deve se constituir num plano de uma sociedade que deve se organizar da melhor forma, fazendo escolhas – por isso o **Plano é Político**, – pra atender as necessidades de todos e não só as das elites, como de fato ocorre segundo a hegemonia burguesa - ou de

sua ideologia - na elaboração dos documentos inerentes à educação. Para a elaboração do PPP é muito importante a participação da comunidade escolar. Contudo, a participação deve ser alicerçada na ética do humanismo e não na ética do capital. Os agentes devem estar preparados para a importante tarefa que é a edificação de um PPP, por isso, a necessidade de estudos preliminares acerca das teorias já existentes sobre o tema, para um melhor entendimento de suas reais possibilidades e de seus limites inerentes. **O Plano também é Pedagógico**, pois tem a intenção de criar condições de ensino/aprendizagem melhores, atingindo um número cada vez maior de pessoas, respeitando seus saberes de experiência-feitos (Freire apud Freitas, 2001), considerando, ainda, suas necessidades materiais, espirituais, culturais, etc.

O PPP deve romper com as diretrizes históricas evidenciadas pelo capitalismo, articulando saberes e fazendo propostas que possam criar um ambiente democrático e igualitário em que as pessoas se sintam agentes da História e de seu futuro enquanto seres sociais e culturais. Para que isso efetivamente ocorra, os profissionais em educação devem estar atentos em sua responsabilidade de educadores e formadores de opinião. Sua atuação enquanto agentes no processo educativo deve levar em consideração propostas didáticas progressistas que estejam sendo utilizadas, como exemplo, a Teoria Histórico-Crítica, assim apresentada por Gasparin e Petenucci:

Esta pedagogia objetiva resgatar a importância, a reorganização do processo educativo, ressaltando o saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade do saber escolar. O método de ensino visa estimular a atividade e a iniciativa do professor, favorecer o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levar em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.

A Filosofia que embasa a Pedagogia Histórico-crítica é o Materialismo Histórico-Dialético. Este preconizado por Marx, cujos fundamentos são: a interpretação da realidade; a visão de mundo; a práxis (prática articulada à teoria); a materialidade (organização dos homens em sociedade para a organização da vida); e a concreticidade (caráter histórico sobre a organização em que os homens constroem através de sua história). (Saviani apud Gasparin e Petenucci, 2007).

No entanto, a realidade laboral do educador apresenta-se longe da ideal, pois a atividade de reflexão, de preparação de aulas mais atrativas e conscientizadoras ou problematizadoras, carece de uma maior tempo de articulação, algo que não tem ocorrido de forma sistemática, dificultando sobremaneira o trabalho intelectual do docente. Carga horária excessiva, turmas superlotadas, dificuldades econômicas, problemas de locomoção, dentre

outros elementos, tem ocasionado um processo educativo deficiente no objetivo de construção de uma sociedade consciente de si, em que seus constituintes possam de forma coletivizante estabelecer normas de convivência e de utilização dos recursos materiais e naturais disponíveis.

A ideia de Saviani citada acima evidencia a necessidade de construirmos um PPP que contemple determinados pressupostos teóricos metodológicos propostos por Saviani. Para que isso venha a acontecer, efetivamente, mais profissionais em educação deveriam ter acesso a Teoria Histórico-crítica, e coloca-la em prática nas instituições em que lecionam. Parece-nos claro que para a proposta obter êxito, os próprios educadores teriam que, primeiramente, mudar sua postura, transformando suas metodologias e didáticas.

Nesse sentido, é essencial que estes profissionais possam ter acesso a cursos de formação, de extensão universitária, de formação continuada, de pós-graduação, que estabeleçam critérios de análise qualitativa acerca dos elementos que compõem a realidade educacional, social e econômica de uma determinada região, para, só assim compreender, de fato, as necessidades que se apresentam. Percebemos os obstáculos para essa necessária tomada de consciência por parte dos agentes educacionais, no intuito da efetivação de práticas emancipadoras na educação, originando-se na própria proposta de reforma educacional avalizada pelos grupos econômicos hegemônicos a partir do advento do projeto neoliberal no Brasil nas duas últimas décadas. Como sabemos, há um crescente investimento privado em educação, principalmente no ensino superior, cujos programas educacionais, nos mais das vezes, assinalam perspectivas reformistas em relação à sociedade, quase nunca objetivando uma transformação estrutural das instituições. Cabe ressaltar que o sistema-capital, segundo Mézáros, é irreformável e incorrigível. Por isso, é necessário que os cursos de formação de professores busquem apresentar o sistema tal como ele é e apontem alternativas de superação do mesmo (e não apenas ideias para reformá-lo, ou seja, torná-lo *mais* justo...). Também é vital que o educador venha a se responsabilizar por suas escolhas político-ideológicas: optar em desarticular o *status quo*, escolhendo práticas progressistas, pois, como assinalou Freire:

se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (Freire, 2000, p. 67).

Estando sistema-capital internalizado, como assinala Mészáros, a ruptura seria bastante difícil. A revolução na educação passaria pela elaboração de uma política de estado voltada para uma reestruturação dos cursos de formação de professores com o objetivo de formar profissionais que realmente possam compreender apenas reformas educacionais não devem apontar para a conscientização transformadora que a sociedades necessitam e que, por exemplo, alguns PPP projetam. Paralelo a isso, os governos deveriam corroborar a mudança e passar a criar leis que a sustentassem, preparando uma nova realidade em que a classe trabalhadora poderia assim assumir o poder estruturando ainda mais uma educação voltada para o bem comum, baseada no coletivismo. Nessa perspectiva, podemos considerar o PPP um documento importante para um melhor funcionamento da escola e que pode, em última estância, favorecer uma dada situação de possibilidade de transformação da realidade. Se a realidade é perversa, com o aumento das desigualdades sócio-econômicas e com a crise ambiental em larga escala ameaçando as futuras gerações, podemos projetar algo que busque viabilizar uma melhor compreensão acerca da necessidade de construirmos uma práxis alternativa; Gadotti (1998) assinala que o conceito de cidadania também pode receber interpretações ambíguas: existe a idéia de que o cidadão/consumidor deva ser preparado para evitar ser enganado enquanto realiza a compra de um produto ou serviço, estando atento a qualquer possibilidade de desrespeito por parte de empresas inescrupulosas...; Os PPP buscam possibilitar dinâmicas educacionais de incentivo a criticidade, a criatividade, a inquietude em relação às injustiças, mas muitas vezes, não se propõem a discutir os conceitos-chave que regulamentam e determinam a realidade social. Se existe crise social e ambiental, o PPP, em nosso entendimento, deveria explicitar essa realidade e apontar alternativas para a superação de tais problemas. Cabe ressaltar, no entanto, que apenas uma proposta de **MUDANÇA**, projetada como necessária pelas redes educacionais, não deverá surtir efeitos efetivos nas próximas décadas, se não houver uma brutal tomada de consciência – social, ambiental e humanitária –, por parte dos outros setores da sociedade.

A escola, seja ela progressista ou tecnicista, de forma geral, ainda se preocupa com o futuro e por isso **projeta** algo diferente do que temos hoje. Conforme Gadotti :

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (Gadotti apud Veiga, 2001, p.18).

Além das redes educacionais, seria condição *sine qua non* a participação das autoridades governamentais e de outras instituições como a Igreja e a família, e acima de tudo, de grupos progressistas da sociedade no intuito de desmontar a estrutura que faz funcionar o sistema-capital. Em nome da lucratividade acima de tudo, com artimanhas que incentivam o consumismo alienado, o sexismo, o preconceito e a intolerância, através da grande mídia ávida por lucros, que concebe e vende, como exemplo, uma série de programas de televisão e rádio que mostram filmes ruins, tocam músicas com letras depreciativas (principalmente em relação à mulher), o sistema acaba se legitimando e se perpetuando. Na contramão dessa realidade perversa existem perspectivas educacionais que idealizam outras possibilidades e projetos de futuro, que elaborem, com a participação de todos aqueles que buscam a superação do sistema capitalista, uma convivência social baseada na liberdade e igualdade plenas.

A transformação social pela educação é tarefa das mais árduas. Até mesmo Paulo Freire havia escrito que apenas pela educação a mudança necessária não viria; mas que sem ela, ficaria ainda mais difícil de imaginarmos uma sociedade melhor. O sistema-capital estando internalizado é um fator que acaba tornando quase intransponível as muralhas ideológicas que permitem a longevidade do sistema. No entanto, como ressalta Gadotti,

não devemos renunciar ao nosso sonho da "grande" mudança, não devemos jogar no lixo nossa utopia revolucionária. Precisamos, sobretudo, da utopia socialista contra o cinismo neoliberal que prega o fim da utopia e da história. Estou convencido, acima de tudo, que a educação deve passar não por uma "melhoria da sua qualidade", como sustenta o Banco Mundial, mas por uma transformação radical, exigência premente e concreta de uma mudança estrutural provocada pela inevitável globalização da economia e das comunicações, pela revolução da informática a ela associada e pelos novos valores que estão refundando instituições e convivência social na emergente sociedade pós-moderna. (Gadotti, 1998)

Concordamos que a educação deva passar por uma transformação radical em suas estruturas, não como assinala o Banco Mundial a partir do Consenso de Washington, que tem por objetivo a qualificação da mão-de-obra para o desenvolvimento do capital, e sim uma educação que possa libertar o indivíduo jovem ou adulto, trabalhador ou desempregado, das amarras ideológicas que o deixam quase como um morto-vivo, padecendo num sistema sócio-econômico que privilegia uma minoria cada vez mais diminuta e sedenta por lucrar a

partir da exploração do trabalhador e dos recursos que o planeta ainda pode oferecer. Seria uma Revolução na Educação, que poderia instituir um novo tempo.

2. UMA EDUCAÇÃO PARA ROMPER COM O SISTEMA CAPITAL

Podemos considerar que o sistema-capital teve sua origem a partir do século XV com o advento do mercantilismo na Europa Ocidental. O fortalecimento do Estado Moderno europeu por meio do acúmulo de metais preciosos e do intervencionismo econômico que impulsionou a expansão comercial e o colonialismo. Já no século XVIII, o crescimento da produção industrial e a necessidade de ampliar os mercados consumidores, fizeram com que países como Inglaterra e França se apoiassem no liberalismo econômico, uma nova maneira de pensar a economia. Diferente do mercantilismo, a ideologia liberal preconizava a não-intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Seja qual fosse a doutrina econômica colocada em prática em um determinado contexto histórico, era a classe burguesa que criava e mantinha uma situação de privilégios econômicos, entre os séculos XV e XVIII, além de políticos e sociais a partir, principalmente, do século XIX, em detrimento da classe trabalhadora.

Já no século XX, a burguesia presenteou a humanidade com duas Grandes Guerras que deixaram milhões de mortos e feridos e que, até certo ponto, desestruturaram economias regionais, causando um sem número de problemas, muitos deles ainda sem solução aparente, como é o caso de conflitos como o árabe-israelense, como exemplo. Em meados do século passado, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, ocorreu a chamada Guerra Fria em que Estados Unidos e União Soviética rivalizaram, cada qual tentando estender sua hegemonia por quantos mais países fosse possível. Ambas as potências lançaram mão de estratégias de controle sobre as populações, uma acusando a outra de cometerem equívocos em suas dinâmicas políticas e econômicas. Cabe ressaltar, que em ambos os países, a educação se mostrou a serviço do sistema e era diminuto o espaço para projetos dissidentes para a organização das sociedades.

Com a derrocada do socialismo real, a partir do final dos anos 1980, e com a ascensão do projeto neoliberal, as sociedades são apresentadas a uma nova dinâmica (antes bipolar), agora multipolar, graças aos avanços econômicos dos EUA, da Alemanha e do Japão. Foi a vitória do capitalismo e o fim da História como preconizou Fukuyama. Esta nova realidade, caracterizada pelo ressurgimento dos ideais liberais (em contraposição ao estatismo soviético ou ao Estado de Bem-estar das democracias ocidentais), marcou profundamente as relações sociais em praticamente todo o mundo. Também os processos educacionais passaram por mudanças. Muitas delas decorrentes das necessidades do sistema-capital, agora

denominado neoliberalismo e açambarcado pelo processo de globalização (econômica e cultural) dos interesses de mercado, ou seja, da alta burguesia mundial.

Atualmente, o cenário de exploração do trabalho e de aprofundamento das desigualdades sociais e regionais permanece inalterado, mesmo com a sucessão de governos autoproclamados de esquerda ou progressistas. Observa-se, então, que são os grandes grupos econômicos que ditam as regras segundo seus interesses particulares e corporativos. Sugerem planos econômicos, ditam as regras do jogo político disfarçado de democracia e procuram manter sob seu domínio ideológico o maior número de países e populações possível.

Tragicamente, a educação não está fora deste contexto perverso. Contudo, se valendo de espaços possíveis dentro da esfera de disputas políticas, imagina-se ser possível, ainda que difícil, propor uma alteração no projeto sócio-econômico atualmente hegemônico, objetivando-se, a partir do processo educacional, a construção de alternativas para a superação do sistema-capital. Vale lembrar que, historicamente, o capitalismo vem causando problemas sociais e ecológicos gravíssimos, tornando a vida, principalmente da classe trabalhadora, um fardo praticamente impossível de ser carregado.

Muitos pensadores, no decorrer dos últimos séculos, analisaram o sistema capitalista procurando observar suas principais características e seu funcionamento. Os críticos do sistema apontam suas perversidades como a exploração do trabalhador, a violência social, a coisificação do ser humano, a sua característica peculiar de transformar tudo em mercadoria e possibilidades de lucros, muitas vezes deixando em planos secundários elementos verdadeiramente essenciais à vida em coletividade. Mas é necessário lembrar que são muitos também os pensadores e gestores públicos que consideram o sistema-capital como o mais adequado para a melhor organização das sociedades. Estes se utilizam, muitas vezes, de elementos ideológicos para sustentar suas ideias e legitimar uma realidade material que seja interessante aos seus anseios de classe, mantendo assim, a hegemonia da burguesia, em detrimento de um sistema que pudesse estar alicerçado no coletivismo, e não no individualismo egoísta liberal-burguês.

De acordo com os estudiosos críticos do sistema-capital, Marx (1968), Lênin (2011); Lucci, Branco e Mendonça (2006), este tem como características fundamentais os seguintes princípios: (a) propriedade privada dos meios de produção e direito de herança; (b) trabalho assalariado e valor da remuneração depende da qualificação profissional e da oferta de mão-de-obra; (c) divisão de classes sócio-econômicas que assegura, ao mesmo tempo, o poder econômico e político de um grupo social sobre outro; (d) geração de lucro.

Estas características em conjunto acabam por efetivar uma sociedade amplamente desigual, com problemas socioeconômicos que perduram e tomam cada vez mais corpo, com os recursos naturais sendo utilizados de acordo com as premissas propostas pelas elites econômicas segundo suas perspectivas de lucratividade e de enriquecimento (e manutenção dessa riqueza), sem a devida preocupação (ou com uma preocupação demagógica ou superficial...) acerca da realidade social, econômica e ambiental que as futuras gerações encontrarão em alguns anos ou décadas.

Nesse sentido, a elaboração dos PPP das escolas públicas deve levar em consideração o que acima foi mencionado e deve conscientemente propor uma grande mudança estrutural, tanto da Escola, quanto de outras áreas da sociedade. Contudo, se esses interessados forem capitalistas, ou cooptados pelo sistema, a tal MUDANÇA não ocorrerá tão cedo. Comento isso por experiência própria, ao observar algumas práticas docentes nas escolas onde leciono: muitos colegas acreditam que o Regime civil – militar (1964-1985) foi a melhor época da educação em nosso país e comentam sobre a “sorte” do Brasil ter se aliado aos Estados Unidos e, por isso, termos a possibilidade, hoje, de sermos mais desenvolvidos que Cuba, por exemplo, visto que o socialismo e o coletivismo são ideias de pessoas incapazes ou de sociedades atrasadas ou primitivas... Está claro que esse tipo de pensamento evidencia o que podemos chamar de Consciência Ingênua e que se apresenta como uma visão de mundo conservadora. Segundo a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, originalmente elaborada por Leon Trotsky e brilhantemente analisada por Florestan Fernandes, é característica básica do sistema-capital, a desigualdade entre os níveis de desenvolvimento sócio-econômico dos países capitalistas centrais e os da periferia do sistema, incluindo aqueles que podemos apontar como socialistas, no caso, Cuba. Pessoas educadas em um determinado sistema, e habituadas a estarem convivendo diariamente segundo valores e ideias de um determinado grupo social que detém o poder político – econômico e por isso induz o modo de vida das pessoas segundo seus interesses de classe, quase que automaticamente irão reproduzir tais valores e ideias propostas pelos grupos hegemônicos. Os responsáveis pela elaboração dos PPP podem estar (estão) inseridos nessa lógica perversa. Estes, quando projetam MUDANÇA – porque percebem que existem problemas graves a serem solucionados, como o desemprego, a violência, a corrupção, a utilização indiscriminada dos recursos naturais etc., – não pensam em REVOLUÇÃO PARADIGMÁTICA. Não está claro nem se compreendem determinado conceito. E se não possuem este domínio conceitual, como compreenderão os limites de suas propostas e o possível alcance de uma nova ideia estruturada para além do Capital?

Como Revolução Paradigmática, compreende-se uma transformação radical nas estruturas sociais, políticas, econômicas e nas leis de uma determinada região com a superação da ordem estabelecida anteriormente. Nesse sentido, uma Revolução na Educação passa obrigatoriamente por uma Revolução Paradigmática que seria responsável, se colocada em prática pelos agentes sociais, pela transformação estrutural do *status-quo* determinado e legitimado pelo sistema-capital.

O Capitalismo é um sistema sócio-econômico que parece fazer parte do genótipo das pessoas. Existe uma avassaladora interiorização das premissas básicas deste sistema socioeconômico por parte da grande maioria dos indivíduos, não havendo correlação entre as mazelas da realidade com o sistema em si. Assim, as pessoas responsáveis pela elaboração dos planos políticos pedagógicos, norteadores das questões e relações educacionais, estão bastante influenciadas pelo sistema e quando sentem a necessidade de mudança, propõem ações que acabam por NÃO mexer nas estruturas básicas do sistema, senão propõem remédios paliativos para a resolução dos problemas – muitos deles gravíssimos e históricos. Nesse sentido, são realizadas reformas educativas com objetivos de resolver problemas imediatos, como formação de mão-de-obra para um melhor desenvolvimento econômico, conscientização acerca da necessidade de utilização mais coerente dos recursos naturais, etc., mas, quase nunca se faz uma crítica séria, em grandes proporções e por vários setores da sociedade civil, em relação às causas estruturais de tais problemas?

Gostaria de citar como exemplo de medidas que procuram alternativas de mudança, mas não indicam o sistema capitalista como principal causa para tais problemas, as diretrizes que a ONU, no ano de 2000, considerou como metas importantes a ser alcançadas: os oito objetivos do milênio, que no Brasil ficaram conhecidos como os *oito jeitos de mudar o mundo* (itálico nosso) : (a) acabar com a miséria e a fome; (b) educação básica de qualidade para todos; (c) igualdade entre sexos e valorização da mulher; (d) reduzir a mortalidade infantil; (e) melhorar a saúde das gestantes; (f) combater a AIDS, a malária e outras doenças; (g) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; (h) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Mészáros assinala que a questão da internalização das premissas do capitalismo acaba sendo uma situação mais perversa que o próprio sistema. Nesse sentido, observando as propostas da ONU, como exemplo, cabem algumas indagações:

1º) Como acabar com a miséria e com a fome, se é característica básica do capitalismo a concentração de renda e as desigualdades sociais e regionais são conseqüências de tal concentração de capital nas mãos de grupos politicamente privilegiados? Se forem tomadas

certas medidas com o objetivo de amenizar os problemas assinalados, sem se buscar a superação do sistema macro-econômico, não passarão de tentativas reformistas e, por isso, com alcance restrito.

2º) O que se quer dizer com “educação básica de qualidade para todos”? Que tipo de educação? Com que objetivos de sociedade? (Devemos preparar as futuras gerações para serem CONSUMIDORES críticos ou CIDADÃOS livres-pensadores)?

3º) Sobre o tópico “Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”, confesso que deve ser um grande dilema a vida numa sociedade de consumo, que faz propaganda 24h por dia promovendo o consumo e, ao mesmo tempo, mostra-se preocupada com o futuro dos recursos que a natureza oferece. Não é um *jogo do empurra*? Mészáros considera que “a produção da igualdade social substantiva ou o planejamento racional e democrático do uso dos recursos naturais e humanos são exigências que apontam, efetivamente, para além do capital, vez que supõem o desenvolvimento pleno de relações sociais que são contraditórias e incompatíveis com as relações capitalistas”.

Os capitalistas, diuturnamente, através dos recursos da *mass mídia*, bradam: comprem, comprem, comprem! A Educação ambiental, nas escolas, nos diz: respeite o meio ambiente, não polua, utilize os recursos de forma consciente e sustentável, etc. (Se eu fosse um terráqueo não saberia o que fazer...).

Mészáros ressalta a qualidade de IRREFORMÁVEL do capitalismo, por isso que, com a superação do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime, o capital soube encontrar uma nova roupagem, porque fora da Europa Ocidental e dos EUA, o sistema capitalista ainda avançava e se estruturava, principalmente na segunda metade do século XIX. Quando o Liberalismo conheceu sua maior crise, em 1929, o sistema buscou refúgio nas ideias da Social democracia e do estado de Bem Estar Social ou nos regimes totalitaristas da Europa Ocidental. Meio século mais tarde, com a crise do socialismo real, e com o advento do neoliberalismo e do processo de Globalização, mais uma vez buscou-se reformas políticas, econômicas e educacionais, na maioria dos casos REFORMISTAS, com o intuito de minimizar os efeitos das mudanças propostas pela Terceira Revolução Industrial. “A despeito da sua concepção de crise estrutural, o livro de Mészáros oferece importantes contribuições para o reencontro do pensamento socialista com a luta revolucionária – sobretudo por sua crítica devastadora do reformismo”, segundo Eurelino Coelho (2005), professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

Se for INCORRIGÍVEL, como propõe o autor, cabe (ria) a TODOS buscarmos alternativas viáveis “Para Além do Capital”. Mas não é o que acontece: o capitalismo está

absorvido substancialmente pelas instituições que organizam a vida das pessoas em sociedades tais como a família, as Igrejas, os sindicatos, a escola, os partidos (será que existe alguma exceção?), a grande mídia, ou seja, em todo lugar que se vá, ou em tudo que se lê, vê, sente, imagina... as premissas do capitalismo se fazem presente porque ocorreu uma GRANDE INTERNALIZAÇÃO; Mészáros considera que o capitalismo vive crise estrutural porque, talvez, pela primeira vez, se possa combater o processo de interiorização do sistema. Coelho afirma que Mészáros, em sua tese da crise estrutural com ativação dos limites absolutos, procura:

demonstrar que a realidade está, finalmente, indo ao encontro do pensamento marxista. (...) Corrigir o pensamento socialista, que se recusa – e logo agora! – a encontrar-se com a realidade, é o seu objetivo maior, como intelectual marxista. (Coelho, 2005)

“*Romper com a lógica do capital*” é uma ideia necessária para que possamos ter uma outra possibilidade de existência social. No entanto, em termos de propostas educacionais, quase nada existe de fato que possa nos levar a crer que transformações estruturais radicais estejam em curso. Aliás, para muitos governantes, para muitos gestores em educação, professores, e, para muitos dos responsáveis pela organização da sociedade civil, o sucesso do sistema é incontestável; para outros tantos, a ignorância em relação à existência de alternativas viáveis para a superação do sistema capitalista, os leva a crer que a realidade macro-econômica na qual vivemos seja a única possível ou real. Em outras palavras, existem muitas pessoas, inclusive educadores e gestores, além de governantes, que pouco (ou nada) compreendem acerca de ideologias políticas...

Ao lermos Marx, compreendemos que a burguesia é uma classe dinâmica e muito atenta em relação a manter sua hegemonia político-econômica, custe o que custar. O trabalhador é muitas vezes explorado por um setor da burguesia e, depois de receber seu salário, é levado, por necessidade e por cooptação e indução, a gastá-lo com outros setores do mesmo grupo dominante economicamente. Nesse sentido, podemos compreender porque ocorre o que se chama de concentração de renda. Não raro, o trabalhador usa seu “tempo de lazer” consumindo produtos e ideias, na maioria das vezes propostos pela burguesia. Acabam assumindo uma postura necessária para a manutenção do sistema que os coisifica. Nas escolas, essa realidade pouco é mostrada ou questionada, devido à INTERNALIZAÇÃO das premissas básicas do sistema capitalista. Consumindo o que a burguesia oferece, a classe trabalhadora pensa ser livre e feliz, ou acredita que, se não consegue ter acesso a

determinados espaços e mercadorias, isso se dá apenas por sua responsabilidade ou incapacidade.

Não é difícil perceber que existe por parte de alguns setores da sociedade a preocupação em transformar a realidade em algo que mais pessoas possam ter acesso à cidadania e aos recursos materiais disponíveis, demonstrando autonomia e criticidade frente às mais variadas situações que se apresentam em sua vida cotidiana. Em relação à escola, e levando-se em consideração a História do Brasil, observa-se que a erradicação da mazela do analfabetismo foi, principalmente no decorrer do século XX, um grande empreendimento por parte dos governos capitalistas. A formação de mão-de-obra para a indústria e para outros setores da sociedade também foi uma política das elites. Por um lado, pensavam em dinamizar a economia do país, e, por outro, evitar que o trabalhador pudesse ter uma educação emancipadora. Nesse aspecto, ocorreu a diversificação de cursos para a formação de técnicos e para a formação básica de pessoas que pudessem minimamente exercer determinadas funções que eram necessárias segundo o plano de desenvolvimento proposto pelas classes dirigentes, de acordo com o contexto histórico. Atualmente, com as transformações originadas pela Terceira Revolução Industrial, que dissemina, em velocidade surpreendente, os avanços tecnológicos da micro-informática e da robótica, possibilitando uma maior gama de informações e possibilidades comerciais, percebemos a existência do discurso de que é necessária a formação de profissionais qualificados, críticos e autônomos, para que se mantenha assim, o crescimento da economia em nível mundial gerando melhores condições de vida para um número cada vez maior de pessoas. No entanto, é importante salientar que a qualificação pretendida muitas vezes é aquela voltada aos interesses da burguesia e que um trabalhador muitas vezes só é visto como autônomo, independente, quando tem ideias que farão a empresa lucrar ainda mais e sua criticidade deve mais a ver com direitos do consumidor do que direitos cidadãos.

“Quebrar a regra do capital com todos os meios disponíveis, assim como com todos aqueles que ainda têm de ser inventados neste espírito”, conforme propõe Mészáros, é a estratégia a ser colocada em prática para uma real desarticulação do sistema capitalista. Não basta que apenas as instituições de ensino apontem como metas essenciais, para uma sociedade com maior igualdade, a formação de indivíduos críticos e responsáveis em estabelecer sua trajetória de vida da forma mais autônoma possível, participando efetivamente da tomada de decisões em diferentes esferas da sociedade e em suas vidas particulares. É necessário que todos os setores sociais estejam determinados em superar a realidade inerente ao capitalismo e de seus reflexos imediatos e os de longo prazo. Instituições como a família,

as igrejas, as forças armadas, o Estado, a mídia, etc., também deverão se rearticular e se ajustar a uma nova realidade que irá proporcionar o desmantelamento do capital e de todas as suas perversas qualidades. Talvez um Estado que busque o bem social a partir de políticas públicas que incentivem a cooperação em detrimento da competição, que autorize o coletivismo e renegue com todas as suas forças o individualismo egoísta; Talvez um Estado que seja administrado por pessoas comprometidas em trabalhar para a coletividade, buscando eliminar as situações em que interesses privados possam se sobressair. Talvez uma mídia que seja controlada (não falo em censura) pelo governo com o objetivo de transmitir às populações programas educativos, artísticos, esportivos, noticiosos, etc., sempre com o interesse de auxiliar as pessoas que se utilizam dos recursos midiáticos em seu crescimento humanístico, intelectual e profissional. Talvez uma Escola que esteja verdadeiramente interessada em formar cidadãos críticos e não consumidores; interessada em formar seres humanos e não autômatos; comprometida em incentivar a criatividade e evitar a mera reprodução de ideias e ações estéreis.

“Ser alguém na vida”; “Ter um bom emprego para poder comprar o que se quer”; são respostas freqüentes dadas pelos alunos quando questionados acerca da importância do ato de estudar. Inicialmente podemos perceber que existe uma idéia interiorizada pelas classes mais pobres da população. A ideia de que o estudo é uma oportunidade de se conseguir um bom emprego e que este pode ser a chance de se ter um maior acesso ao consumo de mercadorias e ideias, algo proposto e desejado pela burguesia. Consumo que é tido como uma boa maneira de se atingir a felicidade. Alguns profissionais da medicina até propõem: contra o stress, visite um shopping center e faça muitas compras... Alunos jovens ainda mencionam que a compra de roupas de marca ou importadas os tornam ainda mais atraentes ou interessantes... Karl Marx assinalava a necessidade de se tomar consciência de classe, principalmente por parte dos trabalhadores, para que estes pudessem se organizar e lutar por seus interesses, compreendendo sua situação de explorado em relação à burguesia. No entanto, o trabalho de cooptação realizado pelas esferas que sustentam o capitalismo segundo seus interesses de classe hegemônica é incansável e praticamente bombardeiam a classe trabalhadora a todo o momento. A interiorização do sistema é tão avassaladora que o explorado não consegue reconhecer-se enquanto parte de uma coletividade e, por isso, acaba legitimando o sistema seguindo os objetivos dos exploradores como se fossem os seus próprios objetivos.

Nesse sentido, caberia uma ampla revolução educacional como alternativa para transformar a realidade, levando a classe trabalhadora, que se encontra sobremaneira

anestesiada, a dar-se conta de sua condição e que se pudesse buscar coletivamente a construção de uma sociedade “para além do capital”.

Não obstante, Mészáros relativiza o papel que a educação tem no processo de mudança social. Procura demonstrar que a educação, por si só, não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social.

Para o autor, “*educação*, trata-se de uma questão de ‘internalização’ pelos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno” (2004). Aqui não devemos ler internalização como processo de inculcação ideológica. Na realidade, Mészáros está nos falando de um processo complexo em que a educação é uma parte. Processo que envolve a necessidade, por parte do capital, de manutenção ativa dos trabalhadores e, neste aspecto, é inegável a influência de Gramsci sobre suas idéias.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE CANOAS: UM ESTUDO ACERCA DAS CONTRADIÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA.

Nas duas últimas décadas, vem-se percebendo uma crescente tendência em se considerar documentos educacionais elaborados por organismos internacionais como os de maior relevância, sendo apontados, na maioria dos casos, como exemplos a serem seguidos, dado o sucesso que alcançaram, principalmente em países ricos, como Estados Unidos e Inglaterra (Shiroma , Campos e Garcia, 2005). As reformas educacionais nestes países estiveram atreladas aos interesses dos grandes grupos econômicos mundiais e corroboraram as premissas do projeto neoliberal. Organismos multilaterais como Banco mundial, UNESCO, entre outros, estiveram empenhados em elaborar transformações reformistas nos cenários político e econômico mundial, não tendo sido diferente com as perspectivas educacionais. Tais organismos passaram a estabelecer os critérios a serem considerados como relevantes na reelaboração dos elementos constitutivos da realidade material, e seu discurso acabou legitimado devido ao grande número de documentos produzidos a partir de suas premissas reformistas. No entanto, para compreendermos de forma mais adequada o conteúdo de tais documentos, segundo Shiroma, Campos e Garcia, torna-se necessário

investigar como a ideologia, a lógica e a racionalidade que dão sustentação a esta reforma se articulam com os interesses, valores, perspectivas dos sujeitos que ao fim e ao cabo, são os que realizam as mudanças. (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p.3).

Considerando como hegemônica a doutrina neoliberal no decorrer das duas últimas décadas, percebe-se que sua proposta ideológica vai se fazer presente nos documentos e relatórios que buscam organizar os elementos que constituem as perspectivas educacionais. Nesse sentido, são os interesses capitalistas que estão em jogo e, dentro de um contexto de tensionamento político, se farão, ora mais ora menos, contemplados e com muito maior chance de serem internalizados e legitimados.

No Brasil, e no que se refere à EJA, podemos perceber que ocorre uma marginalização desta modalidade de ensino, marcadamente a partir do final da década de 1990, visto que outras modalidades recebem maior atenção dos agentes responsáveis pela política educacional. Di Piêrro (2010) considera que

Num contexto de redefinição dos papéis do Estado e de contenção do gasto federal, a política educacional do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-

2002) induziu à municipalização e focalizou o investimento público no ensino fundamental de crianças e adolescentes, mediante a criação, em 1996, de fundos de financiamento em cada uma das unidades da Federação. Por força de veto presidencial à lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), as matrículas na EJA não puderam ser consideradas, o que restringiu as fontes de financiamento e desestimulou os gestores a ampliarem as matrículas na modalidade (Di Pierro, 2010, p.941).

O discurso reformista em educação, observado nos inúmeros documentos e relatórios elaborados pelos agentes responsáveis pelas políticas em educação, no Brasil, procuram seguir as propostas de democratização do ensino e do direito a aprender que todos os indivíduos têm ao longo de toda a sua vida. Contudo a realidade se mostra em contraposição ao que a teoria projeta. O governo federal muito pouco vem contribuindo para criar condições adequadas para que a EJA possa, dentro de uma visão progressista, cumprir seu papel de formadora de cidadania. Podemos citar como exemplo desta conduta “despreocupada” do poder público, a situação de que são poucos os profissionais em educação que recebem formação ou capacitação para trabalhar com a EJA, levando em consideração as necessidades específicas dessa modalidade de ensino. Conforme denuncia Di Pierrô (2010), nos últimos anos,

persistiu a histórica escassez de oportunidades de formação para os educadores da EJA e nenhuma medida de política educacional foi tomada para reverter essa situação, de modo que, no início do terceiro milênio, pouco mais de 1% dos cursos de formação docente no país ofereciam habilitação específica para atuar com essa modalidade da educação básica.

No entanto, a partir de 2010, vem se tentando estruturar no Brasil um Plano Nacional de Educação (PNE) que objetiva contemplar crianças, jovens e adultos, com uma educação de qualidade. A Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada na capital federal, formulou um documento que, entre outras propostas, assinalou, mais uma vez, a educação como um direito inalienável de todos, e que o Estado, em regime de parceria com os poderes públicos regionais e municipais, é o responsável por criar estratégias para o melhor cumprimento da lei que referenda um direito básico de qualquer ser humano, que é o direito à educação a qualquer tempo e por toda a vida. O texto final da CONAE determina que

ao consolidar o **Sistema Nacional de Educação**, asseguram-se, em última instância, as políticas e mecanismos necessários à garantia: dos recursos públicos, exclusivamente para a educação pública, direcionados à superação do atraso educacional e ao pagamento da dívida social e educacional do Estado para com a nação; da manutenção e desenvolvimento da educação escolar em todos os níveis e modalidades, em todos os sistemas de educação, com exclusividade para as instituições públicas; da universalização da educação básica (em suas etapas e modalidades); da ampliação da oferta e melhoria da qualidade de cursos profissionalizantes; da democratização do acesso e da permanência na educação superior, ampliando as redes de instituições educacionais públicas, com recursos humanos devidamente qualificados e número de vagas necessárias; do fortalecimento do caráter público, gratuito e de qualidade da educação brasileira, em todos os órgãos dos sistemas de educação; da implementação da gestão democrática nos sistemas de educação e nas instituições educativas; do reconhecimento e respeito à diversidade, de promoção de uma educação antirracista e antissexista, de valorização dos profissionais da educação pública e privada (professores/as, técnicos/as, funcionários/ as administrativos/as e de apoio) em sua formação inicial e continuada, carreira, salário e condições de trabalho. (CONAE, 2010)

Com base nestas considerações acima referidas, ou seja, que existem propostas para uma melhor organização dos processos educacionais no Brasil, baseadas em documentos oficiais, constituídos a partir de movimentos amplos de vários setores da sociedade, considerando como responsabilidade histórica do Estado, problemas como as agudas desigualdades sociais, o analfabetismo, a ainda precária condição de cidadania, etc., e tendo em vista que existem leis que apontam o Estado, também, como agente responsável por criar situações reais para o cumprimento destas; e, ainda, tendo como base a ideia de que os diversos documentos e relatórios que se preocupam em regulamentar as políticas educacionais em território federal são discursos a partir de visões de mundo influenciadas por mecanismos ideológicos, e que por isso são passíveis de crítica e confrontação, consideramos realizar uma breve análise de documentos, chamados de PPP, normatizadores de relações dentro de duas escolas públicas municipais, na cidade de Canoas. Procuramos observar dois aspectos básicos:

1º) Que referências faziam à EJA;

2º) Como compreendiam a sociedade e que planos de futuro apontavam como meta.

No desenvolvimento da pesquisa, buscamos contatar a Secretaria de Educação da cidade de Canoas com o objetivo de tomar conhecimento acerca do número de estabelecimentos municipais de ensino que ofereciam a modalidade EJA e, depois de algumas tentativas, observei a necessidade de buscar determinadas informações utilizando outras fontes possíveis. No jornal Diário de Canoas, do dia 13 de Junho de 2011, por exemplo, foi publicada matéria acerca da redução do número de analfabetos nos últimos dez anos no município. Segundo o jornal, são cinco as escolas que tem EJA, sendo duas delas no bairro

Guajuviras, uma no bairro Niterói, uma no bairro Mathias Velho, e outra no bairro Porto Belo (Talvez fosse interessante assinalar que existem, pelo menos, outros quatro bairros de grandes dimensões e população, que poderiam/deveriam também ser contemplados com cursos de EJA. O jornal esqueceu de citar que no bairro Rio Branco há uma escola que possui o curso). Entrei em contato diretamente com as equipes diretivas de duas das escolas acima mencionadas para saber se os Ppps faziam referência à EJA.

Como é de conhecimento geral, a Educação de Jovens e Adultos é uma necessidade que a sociedade brasileira apresenta, além de ser um direito garantido por lei e que deve ser assegurado pelo Estado para atender indivíduos que, por diversas situações, não puderam estudar ou completar seus estudos de forma regular. É uma necessidade, pois a realidade socioeconômica determina que as pessoas busquem aprimorar seus conhecimentos para fazerem parte do mercado/mundo do trabalho, objetivando viver com mais dignidade. Nesse sentido, a LDB 9.394/96 em seu capítulo II, seção V a EJA. Segundo o artigo 37 da referida lei, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

As escolas que oferecem a modalidade EJA na cidade de Canoas, geralmente apresentam objetivos similares em relação ao que denominamos sucesso escolar. O discente deve retomar os estudos para que possa garantir uma possibilidade melhor para competir na sociedade em condições equivalentes aos demais seres humanos competidores. No entanto, como é de conhecimento geral – *É???* -, o sistema capitalista promove desigualdades, preconceito, corrupção, alienação, etc. e é para essa realidade que o aluno deve estar sendo preparado; mas, invariavelmente, não é o que os PPP das escolas apresentam. Estes falam em MUDANÇA, em resgatar valores, em formar pessoas que sejam críticas, em reunir condições para a construção de uma sociedade mais justa, e que todas essas situações dependem de uma EDUCAÇÃO de QUALIDADE. É nesse sentido que avaliamos os PPP como palavras jogadas ao vento.

Concordamos com a ideia de que o PPP deva ser considerado um trabalho coletivo, evitando com isso, movimentos autoritários e que possam privilegiar alguns grupos em detrimento de outros. O processo de elaboração dos PPP deve ser amplamente democrático – se bem que o conceito de democracia pode variar, como assinala Gadotti, – e transparente, possibilitando que todos os agentes envolvidos possam tomar conhecimento de todas as fases do processo.

Por exemplo, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Prefeito João de Barro, apresenta as seguintes ideias gerais como proposta de Educação:

o que pretendemos prioritariamente é que haja uma *mudança* - grifo nosso - consistente da prática pedagógica instituída historicamente (Pedagogia Tradicional - onde a educação é centrada no professor, sendo função deste vigiar, aconselhar, corrigir e ensinar a matéria através de aulas expositivas, ficando a cargo dos alunos prestar atenção e realizar exercícios repetitivos para gravar e reproduzir a matéria dada). O que se quer é uma *mudança* significativa no papel do professor, que passa de figura central no processo de ensino e aprendizagem, sendo um organizador dos conteúdos e estratégias de ensino e, portanto, o guia exclusivo do processo educativo para um facilitador no processo de busca de conhecimento do aluno, organizando, coordenando e mediando as situações de aprendizagem.

Primamos (...) por uma *escola de qualidade*, que atenda aos anseios da Comunidade Escolar, aproveitando situações do cotidiano, tirando a sua essência em *detrimento do supérfluo*. Queremos uma *escola aberta e democrática*, onde haja espaço para discussão nas decisões, que esteja em processo de reconstrução permanente de seu projeto político-pedagógico, buscando sempre formas mais apropriadas da execução da mesma. (PPP, EMEF João de Barro, 2008).

A ideia de mudança na prática docente, considerando as metodologias tradicionalmente utilizadas e desenvolvendo situações para superá-las, sugere que o professor passe a ser visto como o responsável por facilitar o processo de busca por conhecimento por parte do discente. Contudo, cabe ressaltar, que se este educador não estiver comprometido com uma práxis emancipadora, interessada em permitir condições para que o aluno possa conscientemente perceber sua existência-no-mundo, seu lugar nesse mundo enquanto ser humano munido de liberdade e de responsabilidades para com o coletivo; se este educador estiver cooptado pelo sistema-capital ou a seu serviço deliberadamente, as chances de sucesso do plano serão pequenas ou nulas.

O PPP da escola ainda faz referências à educação de qualidade como meta a ser alcançada para atender os possíveis anseios da Comunidade Escolar. Poderíamos questionar acerca destes anseios: quais seriam? Quem é a Comunidade Escolar? Todos pertencem ao mesmo grupo social? Todos têm os mesmos objetivos para o presente e futuro? Estas são algumas questões que não foram explicitadas pelo PPP. Este documento menciona ainda que é objetivo aproveitar situações do cotidiano em detrimento do supérfluo. Como fazer isso de forma plena em uma sociedade de consumo? Com uma rápida análise da realidade midiática a que estamos expostos, podemos perceber que a todo o momento estamos sendo convidados ao consumo e que por muitas vezes caracteriza-se por um consumo alienado embasado em artigos que provavelmente podem ser apontados como supérfluos...

Quando o PPP salienta a ideia de se construir uma escola aberta e democrática, não há referências de como isso se dará. Também não existem explicações acerca do tipo de democracia que se sugere: democracia liberal-burguesa ou democracia social?

Foram realizadas também análises no PPP de outra escola municipal, na mesma cidade. Num primeiro momento chamou-nos a atenção que os alunos e alunas são chamados no documento pelo termo CLIENTELA. Tal designação corrobora a ideia de que o corpo discente pode estar sendo visto não como seres humanos ou agentes que tem direito à educação e sim como pessoas que vão se tornar clientes por estarem comprando alguma mercadoria ou serviço. Ocorre aqui, a nosso ver, uma coisificação das relações entre o educando e a instituição escolar, com base nas premissas mercantilistas tão naturalizadas em nosso cotidiano. Além do termo utilizado (CLIENTELA), outros tantos são proferidos nos documentos escolares de modo geral, que parecem consenso e normal/natural o seu uso reiterado sem nenhum tipo de criticidade. Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005), termos como individualismo, escolha, diversidade, competição, forças de mercado, excelência, etc., tem aparecido com bastante frequência. São adjetivos que nos remetem ao universo conceitual proposto pelos reformistas em educação, de acordo com a ideologia neoliberal.

A segunda escola cujo PPP foi estudado apresenta a seguinte estruturação de ideias para o que chamam de educação de qualidade: (a) compromisso com a qualidade de vida de jovens e adultos; (b) desenvolvimento da criticidade, do diálogo, da cooperação, da autonomia; (c) valorização dos saberes cotidianos dos alunos; (d) formação docente voltada à EJA; (d) maior atenção aos pressupostos da Matemática, da Língua Portuguesa e das Ciências.

Além destas ideias, o PPP ressalta ainda que

a metodologia de trabalho utilizada com Jovens e Adultos considera o aluno como construtor de conhecimentos, interagindo com a natureza e o mundo social, tendo como princípio fundamental o respeito à cultura dos sujeitos. Trata-se de permitir ao aluno o acesso aos conhecimentos necessários num mercado de trabalho exigente e competitivo, onde as competências tornam-se indispensáveis para a vida cidadã. (PPP; EMEF Segunda escola, 2010).

Elaborando-se uma breve análise do teor das ideias apresentadas pelo PPP da Segunda Escola, podemos tecer algumas críticas a partir de indagações como:

- 1º) O que a instituição de ensino compreende por “qualidade de vida”?
- 2º) O que significa cooperar? Quais os limites (se é que existem...) dessa atitude?
- 3º) O que significa valorizar os saberes (todos?) dos alunos?
- 4º) De que forma deve ser feita a formação dos docentes?
- 5º) Por que alguns componentes curriculares são mais importantes que outros?

Podemos aqui seguir o método proposto por Belsey (1980) citado por Shiroma, Campos e Garcia (2005):

a “desconstrução” dos textos visando a compreensão de seu processo de produção torna-se um importante mecanismo de análise discursiva, na medida em que permite localizar as inconsistências dos textos os pontos em que transgride os limites dentro dos quais foi construído.

Ambos os PPP estudados foram elaborados num contexto de crise do neoliberalismo e de suas prerrogativas político-econômicas. Os documentos buscam, em última análise, encontrar alternativas para tentar explicar a realidade a qual estão atrelados e propor transformações no modo de pensar e agir dos educandos para a construção de uma sociedade melhor. Contudo carecem, em nosso entender, de maior efetividade na elaboração de práticas reais de elaboração de uma sociedade que combata o principal inimigo da educação e dos estudantes trabalhadores e desempregados que é o sistema capitalista. Quando o PPP da EMEF Segunda Escola menciona “qualidade de vida” o que está querendo afirmar com isso? Quais são os pressupostos que indicam que uma pessoa vive bem? Viver bem significa ter acesso a direitos básicos ou ter maiores possibilidades de participar da sanha consumista proposta pelas elites? Numa visão emancipadora de educação, o consumismo alienado deve ser combatido, encarado como problema que requer solução: a criticidade acerca da realidade. Outra proposta da EMEF Segunda Escola é ensinar a cooperar. Que tipo de cooperação está se propondo?

Cooperar significa “trabalhar junto”. Que tipo de trabalho ou atividade requer cooperação? Podemos ainda observar que talvez o gesto de cooperar possa estar servindo, numa sociedade desigual, a interesses apenas de determinados grupos que se valem do discurso ideológico para explorar o trabalho de outrem. A valorização dos conhecimentos cotidianos dos alunos devem ser respeitados e levados em consideração para que se possa ter um melhor resultado nos processos educativos, conforme assinala o PPP da Segunda Escola. Quanto a isso gostaríamos de fazer algumas ressalvas, visto que o conhecimento prévio do aluno pode estar corrompido pelo sistema, deslocado da realidade, influenciado por um conjunto de fatores que, no decorrer do tempo, foram elaborando o imaginário deste aluno, segundo interesses de outros grupos, aqueles que detém o poder econômico e político, como exemplo. Ao apresentarem melhores condições econômicas, estes grupos, possuem também muitas vezes a hegemonia política e o controle de recursos midiáticos que concorrem para a formação do caráter e do imaginário do discente. Paulo Freire aponta a necessidade de se trabalhar esse *saber de experiência feito* (Freire Apud

Freitas, 2001). No entanto, a escola deve estar preparada, de forma consciente e crítica, a problematizar esse tipo de conhecimento, buscando evitar que ideias distorcidas da realidade possam tomar corpo e se difundir ainda mais.

Além destes poucos elementos que conseguimos discernir ao analisar os PPP das escolas, outra situação interessante é que uma delas, mesmo tendo oferecido a modalidade EJA no decorrer dos anos de 2009 e 2010, não a contemplava em seu Plano Político Pedagógico. Essa realidade talvez possa denunciar a relativa importância e seriedade que o poder público continua, em muitos casos, dispensando a EJA na cidade de Canoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as ideias trabalhadas até aqui, acreditamos que caberia uma reflexão: Que tipo de educação estamos oferecendo às pessoas e quais as metas que queremos ou necessitamos atingir nesse processo? Mais: que tipo de seres humanos estamos formando e que tipo de sociedade estamos construindo a partir da proposta de educação que vem sendo, de forma geral, estabelecida como necessidade e direito de todos?

Outras reflexões que considero importantes para tentar melhor compreender as relações entre teoria e prática em educação em nossa sociedade: quando os planos educacionais falam em mudança, a que tipo de mudança se referem? São mudanças micro ou macro que estão sendo perseguidas? Mudanças que tornem o capitalismo mais justo, ou mudanças que levem à superação do sistema capitalista? Quando se fala em democracia, se está argumentando acerca de que tipo de democracia? Democracia liberal? Democracia social? Pode haver democracia plena numa sociedade organizada a partir de preceitos de um sistema que se caracteriza basicamente pela defesa da propriedade privada e que, como se percebe, influencia sobremaneira valores, ideias, ações, valorizando os interesses dos grupos sociais que detêm o poder político-econômico nas mãos?

Em muitas escolas existem professores que se consideram bons profissionais porque se julgam *neutros* em suas orientações políticas. No entanto, como Freire assinala:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. (Freire, 1996, p. 115)

Nesse sentido, acredito que seja fundamental que se faça a escolha de se romper de vez com um sistema que historicamente privilegia poucos. Geralmente, os educadores formados nas chamadas Ciências Sócio-históricas são mais propensos a criticar o capitalismo e a pensar alternativas de resistência e de possível superação do sistema, nem que seja a longuíssimo prazo. Por outro lado, profissionais das chamadas Ciências Exatas, como Matemática, Física e Química, não raro, direcionam suas propostas educacionais para outros problemas ou para o erro do conteudismo, evitando posicionar-se politicamente, pois consideram isso um erro metodológico ou que estariam influenciando de forma fatal seu aluno. Estes educadores, ao que parece, dedicam-se menos a questão de propor soluções para os problemas sociais de sua realidade, ou evitam, como já foi mencionado, interferir nessas

questões. Por isso, a **mudança** proposta pelos PPP se torna bastante difícil de ocorrer, pois muitas vezes os profissionais engajados, por exemplo, numa Pedagogia Crítico-Histórica e que se posicionam criticamente frente ao capitalismo, ficam rotulados como agitadores ou panfletários, ou, ainda, radicais com teorias ultrapassadas, desvinculadas da realidade.

Saviani (1980), acerca da necessidade da educação primar pela verdade assinalou que:

numa sociedade dividida em classes, a classe dominante não tem interesse na manifestação da verdade já que isso colocaria em evidência a dominação que exerce sobre as outras classes. Já a classe dominada tem todo interesse que a verdade se manifeste porque isso só viria patentear a exploração a que é submetida, instando-a a se engajar na luta de libertação. (Saviani, 1980, p.70)

Assim sendo, a classe trabalhadora deveria ter conhecimento acerca dos elementos ideológicos que permeiam a sua educação. Deveria estar sendo educada, ao menos nas escolas públicas, para o seu fortalecimento enquanto classe social, objetivando sua emancipação em relação à burguesia. Para a burguesia, é fundamental que a discussão de elementos ideológicos sejam evitados ou deixados em segundo plano. Freire (1996), assinalou que

(...) a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “míopes”.(Freire, 1996, p.142)

A experiência de mais de 16 anos de sala de aula como professor me deixa em dúvidas sobre o que estamos fazendo em educação. Os PPP argumentam que para os tempos de hoje é necessário primar por excelência na educação. Argumenta-se que se deve buscar uma educação de qualidade para todos. Então, aqui cabe outra reflexão: **O que significa educação de qualidade?**

Braslavsky (2004) observa que “... uma educação de qualidade é aquela que permite que todos aprendam o que necessitam aprender, no momento oportuno de sua vida e de suas sociedades, e que o façam com felicidade...”. Penso que uma educação de qualidade seja aquela capaz de emancipar a classe trabalhadora, libertando-a de um sistema que não se fundamenta na ética do humanismo e sim na ética do mercado proposta pela burguesia. Nesse sentido, todos os elementos que enaltecem o capitalismo devem ser desmascarados, colocados realmente à prova. Penso que são poucas as instituições de ensino que se preocupam com isso,

e a responsabilidade da manutenção e legitimação de uma ideologia que nos coisifica e nos diminui, em boa parte, é nossa enquanto educadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, MEC. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Disponível em portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislação/parecer_11_2000.pdf. último acesso em 8/12/2011.

BRASLAVSKY, Cecília. **Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI**. São Paulo: ED. Moderna, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010. Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento de referência. Brasília, DF: MEC, 2010 a .

DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas**. Disponível em www.Scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf. Acesso em 2/11/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Pedagogia da conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GASPARIM, João Luís e PETENUCCI, Maria Cristina. **Pedagogia Histórico Crítica: da teoria à prática no contexto escolar**. Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf. Acesso em 2/11/2011.

GUZZO, Raquel Souza Lobo e EUZÉBIOS FILHO, Antônio. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora**. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-98432005000200005&script=sci_arttext.

LUCCI, Elian Alabi et al. **Território e sociedade no mundo globalizado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bruno Buccini editor, 1968.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. In: FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. 2004, Porto Alegre.

SAVIANI, Dermeval. **Educação - Do Senso Comum a Consciência Filosófica**, São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, São Paulo: autores associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SHIROMA, Eneida Oto et al. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Disponível em www.Periódicos.Ufsc.br/index.php/perspectiva/article/Acesso em 2/11/2011.

SME. **Projeto Político Pedagógico**. Escola João de Barro. Canoas, RS: SME, 2008.

_____._____. Segunda Escola. Canoas, RS: SME, 2010.

STAUFFER, Anakeila de Barros. **Projeto Político-Pedagógico: instrumento consensual e/ou contra-hegemônico à lógica do capital?** Disponível em www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=125378.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, São Paulo: Papirus. 2001 – Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).